
RESOLUÇÃO POLÍTICA DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT-MG

REELEGER LULA EM 2026

1. A reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2026, conforme estabelecido pela Resolução do Diretório Nacional do PT, de 06 de dezembro de 2025, é a prioridade estratégico inegociável para o Partido das/os Trabalhadoras/es, para as forças progressistas no Brasil, na América Latina e mundial. Reafirmar Lula na Presidência não é apenas garantir a continuidade de um projeto de reconstrução nacional, de fortalecimento das instituições e dos direitos democráticos. Mas é, sobretudo, impor uma derrota política decisiva e irrecuperável à extrema-direita neoliberal que ameaça nossa democracia.
2. No plano internacional, avança um movimento articulado de forças autoritárias nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina e na Ásia. A possibilidade de uma nova vitória de Trump alimenta o fortalecimento de setores neofascistas europeus, a reorganização da ultradireita argentina e o crescimento de segmentos antidemocráticos em diversos países, compondo um ciclo coordenado de ataques a direitos, instituições democráticas e políticas climáticas. Mais recentemente, em paralelo à ofensiva contra o povo, a economia e o território venezuelano, o governo Trump ressuscitou e atualizou diretrizes imperialistas para a América Latina. A antiga “guerra ao terror” deu lugar à “guerra ao narcoterrorismo”, uma retórica perigosa que busca justificar intervenções e ações coercitivas contra países do continente, contando, infelizmente, com a adesão servil de forças da extrema direita e do Centrão, inclusive no Brasil.
3. É urgente organizar a resistência diante da ofensiva imperialista, que ataca a soberania de diversos países, promove deportações em massa e reforça políticas de apartheid na Palestina. O chamado “Plano de Paz” gestado para a região, legítima a dominação israelense, impõe supervisão estrangeira sobre Gaza e nega ao povo palestino o direito à autodeterminação, enquanto Israel segue bombardeando impunemente. O 17º Encontro Nacional do PT aprovou uma carta em solidariedade ao povo palestino e pela suspensão das relações diplomáticas com o governo de Israel. O Presidente Lula tem denunciado o genocídio em curso e é preciso avançar:

o Brasil deve suspender todas as relações com o Estado genocida. Diante desse cenário, o PT-MG deve fortalecer a luta pela soberania nacional e pela defesa do direito à imigração.

4. A política externa soberana do Brasil, firmemente reestabelecida sob a liderança do Presidente Lula, já nos rendeu vitórias cruciais no cenário internacional. A firmeza brasileira em não se submeter a pressões externas resultou no recuo parcial de Trump na guerra tarifária e no fortalecimento da nossa voz em debates ambientais e globais, recolocando o país no centro das discussões mundiais. Igualmente relevante, foi a retirada dos nomes do Ministro, do STF, Alexandre de Moraes e de sua esposa da lista da lei Magnitsky. Essa atuação recoloca o país no centro do debate global e exige do PT uma política externa ativa na América Latina, especialmente diante dos cenários complexos em países como Argentina, Chile, Equador, Honduras, Venezuela, Colômbia e Cuba. Internamente, a democracia também avança, com o cumprimento definitivo da pena de Jair Bolsonaro e dos militares golpistas, reafirmando que não haverá anistia para quem atentou contra nossas instituições. Cada uma dessas conquistas demonstra, uma vez mais, que a união entre governo e povo é capaz de enfrentar interesses poderosos, defender a democracia e construir um país mais justo e soberano.

5. Reafirmamos, categoricamente, que o diálogo e a diplomacia são a única saída construtiva para as crises internacionais, capazes de reafirmar a democracia e promover a paz. Neste sentido, o PT condena veementemente as ameaças dos EUA à soberania da Venezuela, defendendo que o povo venezuelano tem o direito inalienável de determinar os rumos de seu próprio país. O precedente que se abre com qualquer ingerência americana é um risco grave à soberania de todo o continente. Nossa solidariedade internacionalista se estende à condenação do genocídio do povo palestino, exigindo um cessar-fogo imediato, o respeito incondicional às decisões da Corte Internacional de Justiça e a inegociável autodeterminação da Palestina.

6. A conjuntura nacional, em convergência com o cenário internacional, continua caracterizada por grande instabilidade política provocada pela forte expansão das forças da extrema-direita neoliberal que tensionam os limites da

democracia liberal e agudizam os impasses sociais, econômicos e ecológicos da crise sistêmica e civilizatória do capitalismo, que o próprio neoliberalismo produziu. A ascensão e força da extrema-direita não se dá sob as ruínas do neoliberalismo, mas compõe uma nova fase de recrudescimento autoritário do neoliberalismo em escala mundial.

7. Recordamos que, no início de setembro de 2025, quando o PT-MG realizava seu 17º Encontro Estadual, o governo Lula enfrentava a imposição unilateral de tarifas pelo então governo Trump, nos Estados Unidos. No plano interno, forças democráticas atuavam para barrar tentativas de anistia a golpistas no Congresso Nacional, enquanto pautas populares — como o fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho por um de descanso), a redução da jornada sem corte salarial e a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil — ganhavam fôlego a partir do Plebiscito Popular e de uma articulação mais ampla com entidades sociais, ainda que com baixa visibilidade no debate público dominante. Essa instabilidade encontra resistência democrática e antineoliberal liderada pelo governo Lula, em articulação com partidos, centrais sindicais e movimentos do campo democrático-popular. Essa base social, embora sujeita a oscilações, transforma cada avanço em resultado de disputa política, negociação institucional e mobilização nas ruas.

8. É hora de consolidar os avanços da política econômica que recolocou o Brasil no rumo do desenvolvimento com justiça social. Entre as conquistas em curso, destacam-se a taxação dos grandes patrimônios e a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000, com desconto progressivo até R\$ 7.350. No mundo do trabalho, avançam propostas para pôr fim à escala 6x1 e reduzir a jornada para 40 horas semanais (5x2), abrindo caminho para 36 horas e mais qualidade de vida. Para sustentar essas mudanças, é essencial enfrentar o sequestro do orçamento por emendas parlamentares que concentram poder fiscal sem controle social e sem planejamento, distorcendo prioridades nacionais e fragilizando o Executivo. Também é prioritário reduzir os juros do Banco Central, regular de forma efetiva as Big Techs, valorizar estrategicamente as terras raras e recompor o orçamento público, com foco em políticas que gerem empregos, assegurem salários dignos e fortaleçam uma aposentadoria pública e solidária.

9. No âmbito institucional, o julgamento de Bolsonaro e de generais golpistas foi concluído, resultando na inédita prisão de um ex-presidente e de integrantes da alta cúpula militar por atentados à democracia e ao Estado de Direito. A força das ruas, expressa nos atos de 21 de setembro em todo o país, foi decisiva para derrotar a proposta de anistia, reverter a chamada “PEC da Bandidagem” e abrir caminho para a aprovação unânime da nova faixa de isenção do Imposto de Renda. No plano internacional, a COP 30 reforçou a liderança do Brasil na defesa de uma transição ecológica justa, com ênfase em financiamento climático, proteção da Amazônia e desenvolvimento sustentável para a região.

10. Contudo, essa mesma conjuntura, que exige vigilância permanente, também expôs a ofensiva brutal da extrema direita em aliança com setores do Centrão. No Rio de Janeiro, o governo estadual promoveu a operação policial mais letal da história recente do país — expressão crua de necropolítica — utilizada para reinstalar uma agenda de repressão e morte na segurança pública. Nas duas primeiras semanas de dezembro, tornou-se explícito o acordo estratégico desses setores para impor interesses fisiológicos, ideológicos e econômicos. Entre os fatos mais graves, destacam-se: a reação do presidente do Senado à prerrogativa constitucional do Presidente da República de indicar ministros ao STF; a derrubada de vetos cruciais ao projeto apelidado de “PL da Devastação”; a aprovação, na Câmara, de uma anistia disfarçada sob o rótulo de “PL da Dosimetria”; a aprovação, no Senado, do “Marco Temporal”, de viés genocida; e a tentativa de cassar o mandato do deputado Glauber Braga, em contraste com o arquivamento do processo contra a deputada Carla Zambelli, mesmo após sua condenação e prisão.

11. A segurança pública deve ser tratada como questão nacional diante do avanço do crime organizado e da escalada da violência policial contra negros e jovens nas periferias. A recente chacina no Rio, a mais letal da história, evidencia a barbárie da política de Cláudio Castro e reforça o pedido de federalização das investigações sobre as operações no Alemão e na Penha, com punição aos responsáveis. O Governo Federal tem adotado medidas como a PEC da Segurança Pública, o PL Antifacção e as operações Carbono Oculto e Poço de Lobato, contrapondo uma lógica de repressão ineficaz e letal. No seminário “O PT e a Segurança Pública”, o partido

consolidou diretrizes para uma política nacional integrada a políticas sociais, baseada em inteligência, tecnologia, investigação, participação social e justiça, com foco no combate financeiro ao crime, proteção das comunidades e na necessidade de um Ministério e de uma política nacional articulada.

12. Ao compreendermos o verdadeiro sentido dessas oscilações constantes, que nos ensinam que nenhuma vitória, por mais significativa, pode ser celebrada por muito tempo, torna-se nítido que a reeleição do Presidente Lula em 2026 não ocorrerá em um cenário de normalidade política e institucional. No entanto, ela é a condição *sine qua non* para que a possibilidade de estabilização do país permaneça viva no horizonte. Fica evidente, mais uma vez, como acertadamente afirma a resolução do Diretório Nacional, que cada vitória conquistada reiterou uma verdade incontestável: "quando governo e povo caminham juntos, é possível enfrentar interesses poderosos, defender a democracia e avançar na construção de um país mais justo e soberano".

DERROTAR ZEMA E A EXTREMA DIREITA MINIERA

13. Há exatos sete anos, nosso Estado agoniza e opera muito aquém de seu imenso potencial político, econômico, social, cultural e ambiental. Isso não é obra do acaso: o período coincide com a catastrófica gestão de Romeu Zema no Palácio Tiradentes, marcada pelo sistemático desmonte do papel do Estado, pela drástica retração do investimento público, pelo abandono criminoso de políticas estruturantes e pela indecorosa submissão de interesses estratégicos às lógicas privadas e mercantis. O resultado é um Estado estagnado: serviços essenciais em colapso; cultura desfinanciada e invisibilizada; meio ambiente violentado e vulnerável; desigualdades regionais aprofundadas; e uma visão de desenvolvimento míope e entreguista, que despreza a ciência, asfixia a universidade, precariza o trabalho e vende a soberania do povo mineiro

14. Do ponto de vista fiscal, a gestão Zema é um desastre: marcada pela ampliação irresponsável das desonerações de impostos, beneficiando seletivamente setores e uma casta de "empresários amigos". Segundo dados alarmantes do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado

(Sinfazfisco), desde o início do governo Zema (Partido Novo) em 2019 até o final de julho de 2025, Minas Gerais desistiu de arrecadar a cifra estratosférica de cerca de R\$ 125 bilhões em impostos. Recursos que, se não fossem desviados por essa política de renúncia fiscal, poderiam e deveriam ser aplicados na devida valorização de nossos servidores públicos, na recuperação urgente da malha rodoviária de Minas, e na imprescindível valorização dos profissionais e dos instrumentos de segurança pública em nosso Estado. A política fiscal de Zema não é de austeridade, é de privilégios para poucos e de sacrifício para muitos. A incompetência do governo Zema praticamente dobrou a dívida de Minas Gerais: de R\$ 114 bilhões, em 2019, para mais de R\$ 201 bilhões ao fim de 2025.

15. Do ponto de vista fiscal, a gestão Zema é desastrosa: por um lado, conseguiu a façanha de praticamente dobrar a dívida do Estado com a União e entes privados saltando de R\$ 114 bilhões, em 2019, para mais de R\$ 201 bilhões ao fim de 2025. Do outro, ampliou de forma irresponsável, as desonerações tributárias, beneficiando seletivamente determinados setores e uma casta de “empresários amigos”. Segundo o Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado (Sinfazfisco), entre 2019 e o fim de julho de 2025, Minas Gerais desistiu de arrecadar cerca de R\$ 125 bilhões em impostos. Recursos que, sem renúncia, poderiam e deveriam ser destinados à valorização dos servidores públicos, à recuperação urgente da malha rodoviária e ao fortalecimento dos profissionais e equipamentos de segurança pública. Essa política não é de austeridade: é de privilégios para poucos e de sacrifício para muitos!

16. Em contraste com o desastre e a irresponsabilidade fiscal do governo Zema e do Partido Novo, a solução para o principal problema do Estado — a equalização da dívida — resultou da atuação convergente do nosso bloco de oposição Democracia e Luta na ALMG, liderado pelo presidente do Legislativo mineiro, deputado Tadeu Leite, e pelo senador Rodrigo Pacheco, além do compromisso e da sensibilidade do presidente Lula com os entes federativos endividados. O Propag apresentou-se como alternativa concreta ao asfixiante Regime de Recuperação Fiscal (RRF): alonga o pagamento por 30 anos, reduz o indexador de IPCA+4% para, no máximo, a inflação e substitui a lógica punitiva por responsabilidade fiscal com contrapartida social.

Cada ponto percentual de redução dos juros converte-se em investimento obrigatório em educação profissionalizante, obras de adaptação climática, saneamento e segurança pública — sem “cheque em branco” ao Executivo, nos termos da Ação Popular Unificada (APU). Em síntese, o desenho fecha brechas para usos discricionários e direciona o alívio financeiro exatamente para onde os mineiros mais precisam.

17. A aprovação da PEC 24/2023 “Cala-boca”, na ALMG, conduzida pelo governo Zema, representa um grave retrocesso democrático ao retirar do povo mineiro o direito de decidir, por referendo, o futuro da Copasa, afrontando a Constituição estadual e o princípio de que água e saneamento são direitos, não mercadorias. A forte mobilização do Sindágua-MG, da CUT-Minas, de movimentos sociais e de milhares de trabalhadoras e trabalhadores da Copasa mostrou que Minas rejeita renunciar a seu patrimônio público. A experiência internacional confirma: privatizações foram revertidas em cidades como Paris, Berlim, Buenos Aires e La Paz, após aumentos tarifários, piora da qualidade, menor investimento em áreas menos lucrativas e precarização do trabalho. Diante da gravidade do tema, PT e PSOL protocolaram no STF a ADI 7902 contra a Emenda Constitucional mineira nº 117/2025, que suprimiu a exigência de referendo prevista no art. 14, §17, para a venda do controle da Copasa. Manter a Copasa pública é garantir segurança hídrica, saúde coletiva, investimento onde o mercado não quer atuar e transparência no uso de recursos; privatizá-la é abrir caminho para tarifas mais altas, cobertura desigual e decisões guiadas pelo lucro de curto prazo. É imperativo restabelecer o referendo e afirmar, sem ambiguidades, que a água em Minas Gerais é um direito e um patrimônio do povo.

18. A prestação de serviços públicos – pilar essencial do bem-estar dos milhões de mineiros e mineiras – enfrenta uma crise contínua e deliberadamente aprofundada. Nos últimos sete anos, mais de 25 categorias do funcionalismo foram forçadas a recorrer à greve, parcial ou total. Isso não é, como a retórica governista tenta taxar, “corporativismo”; é o sintoma gritante de um modelo de gestão cruel que congela carreiras, posterga direitos conquistados, impõe metas inatingíveis, terceiriza sem qualquer critério e empurra o trabalho para condições cada vez mais

precárias e desumanas. E a hipocrisia é total: enquanto criticava cinicamente supostos "privilégios" do funcionalismo, Zema teve a desfaçatez de aprovar e sancionar um aumento obsceno de 298% do seu próprio salário, em plena vigência do Regime de Recuperação Fiscal. Um escárnio!

19. Minas regrediu na educação. Nos últimos sete anos, o governo Zema promoveu uma agenda de desmonte: o Projeto Somar terceiriza a gestão escolar — inclusive com OSC credenciada que responde a 210 processos no TRT-3; o Mãos Dadas transfere matrículas sem comprovar a capacidade dos municípios; e houve tentativa de militarizar 728 escolas sob a fachada de “consulta escolar”. Escola não é quartel. Saudamos as decisões do TCE-MG que, liminarmente, suspenderam essas três iniciativas. Soma-se a esse quadro a política permanente de desvalorização das categorias da educação, sem reajuste adequado e sem cumprimento do Piso Nacional do Magistério. Por fim, registre-se o fiasco da “Aula de IA no Mineirão”, marcada por agressões a estudantes e servidores.

20. Na Saúde, a realidade é cruel e o descaso, evidente. O governo Zema prometeu seis hospitais regionais — Juiz de Fora, Lafaiete, Sete Lagoas, Divinópolis, Governador Valadares e Teófilo Otoni — e 1.451 leitos para mais de 6,7 milhões de pessoas. Até agora, nenhum entregue. Em vez de portas abertas, obras paradas e cronogramas empurrados para 2026. Some-se o risco de fechamento de quatro referências do SUS — Maternidade Odete Valadares, Infantil João Paulo II, Eduardo de Menezes e Alberto Cavalcanti. Perder esses serviços destrói linhas de cuidado em oncologia, infectologia, pediatria e maternidade e dispersa equipes altamente qualificadas. Chega de improviso. É urgente reverter o desmonte, reabrir serviços, recompor equipes e investir de forma contínua. A gestão por SSA não é solução: precariza vínculos, reduz direitos e aumenta a margem para arbitrariedades e perseguições.

21. Na agenda ambiental, a gestão Zema promoveu um verdadeiro crime contra o futuro de Minas. Favoreceu o sistemático enfraquecimento da fiscalização sobre nossos preciosos biomas (Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga), abrindo as portas para atividades econômicas predatórias, agropecuárias irresponsáveis, carvoarias ilegais e plantações de eucaliptos que produzem impactos devastadores e aceleração

da crise climática. Em 2024, Minas, sob Zema, atingiu o vergonhoso marco do maior índice de degradação do bioma no país, com 113 propriedades irregulares identificadas pela fiscalização. E como se não bastasse, desde o início de setembro de 2025, os servidores públicos do sistema de meio ambiente do Estado de Minas estão em greve, exigindo melhores salários e condições de trabalho – um grito de socorro ignorado por um governo que prefere o lucro à preservação.

22. A Operação Rejeito (PF) escancarou um esquema de corrupção sistêmico e captura regulatória que, segundo a investigação, movimentou mais de R\$ 18 bilhões e alcançou Semad-MG, ANM, IPHAN e IEPHA, com ramificações na ALMG e até um delegado federal. Há indícios de que altos escalões do governo Zema facilitaram licenças fraudulentas na Semad e no COPAM. O recado é inequívoco: a política ambiental mineira segue submetida ao peso do capital minerário, com transparência degradada e riscos socioambientais ampliados. A resposta precisa ser estrutural: transparência total e em tempo real; trilhas auditáveis de contato público-privado; sorteio e rotação de relatorias; conflito de interesses e quarentena rígidos; auditorias independentes robustas; COPAM com maioria de interesse público; proteção a denunciante; e responsabilização rápida de todos os envolvidos.

23. Os crimes da Vale em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) – verdadeiras tragédias humanitárias e ambientais – tiveram tratamentos e desfechos inaceitavelmente distintos. Em Brumadinho, o acordo, vergonhosamente assinado pela dupla Zema-Bolsonaro, foi um escândalo marcado pela total ausência de participação popular e pela baixíssima transparência, além de manter a execução de mais de dois terços dos R\$ 37,7 bilhões nas mãos da própria Vale! Em contraste gritante, no Acordo de Mariana, o Governo Lula construiu um arranjo considerado histórico: o novo acordo prevê R\$ 132 bilhões, dos quais R\$ 100 bilhões são novos recursos a serem pagos em até 20 anos ao poder público para múltiplas destinações de reparação, e R\$ 32 bilhões para custear indenizações às pessoas atingidas e demais ações reparatorias sob responsabilidade das empresas. Uma diferença abissal entre o interesse público e a subserviência aos interesses privados do governo Zema.

24. Na Cultura, a gestão Zema não apenas demonstra sua limitação, mas impõe práticas antidemocráticas e antipopulares, evidenciadas por uma série de declarações que escancaram sua face autoritária, preconceituosa e elitista. São falas que nos envergonham: a apologia à desvalorização de trabalhadores domésticos no Jequitinhonha, com uma linguagem desrespeitosa e retrógrada que ecoa tempos sombrios; comentários xenófobos e desrespeitosos contra o Norte e Nordeste, referindo-se a estados irmãos como meras "vaquinhas que produzem pouco"; postagens com teores abertamente fascistas, como a citação de Mussolini ("mais complexa a civilização, mais se deve restringir a liberdade individual") e afirmações de que "democracia é o direito de escolher seu próprio tirano", revelando um desprezo pela própria essência democrática. E, coroando sua ignorância e desprezo pela identidade mineira, sua pergunta, em entrevista, se Adélia Prado "trabalha aqui?" ao receber seu livro – um desrespeito à maior poetisa viva do Brasil e à nossa história política e literária.

25. Na agenda de Direitos Humanos, Minas Gerais assiste à escalada da violência de gênero e do feminicídio contra as mulheres. Em 2024, os registros oficiais apontaram aumento persistente, enquanto o governo Zema não implementou políticas eficazes de prevenção, proteção e acolhimento. O enfrentamento consistente da violência de gênero exige ações contínuas, integradas e baseadas em evidências, com recortes racial e territorial. Na prática: prevenir e interromper ciclos de violência; garantir proteção imediata e atendimento humanizado; acelerar a justiça; e expandir e qualificar a rede de acolhimento. É urgente que a voz delas possa ecoar em Minas e no Brasil, com a força do chamado por "Mulheres Vivas": compromisso estratégico do Governo Federal com a vida das mulheres e com o enfrentamento do feminicídio, com metas, orçamento e transparência. É dever do Estado agir com prioridade e resultados.

26. A luta por justiça racial é decisiva para mais da metade do povo brasileiro! A tramitação da PEC da Reparação representa um passo decisivo na afirmação da dignidade, dos direitos e da memória do povo negro. A proposta reconhece responsabilidades históricas, fortalece políticas de igualdade e consolida mecanismos permanentes de enfrentamento ao racismo estrutural. O PT-MG soma-

se à mobilização pela aprovação da PEC da Reparação como marco civilizatório em defesa da democracia, da igualdade e da soberania do povo brasileiro.

27. Também destacamos, a luta pela terra e pela vida dos povos indígenas em Minas Gerais exige compromisso inadiável do campo democrático e popular. Minas Gerais abriga 36.699 indígenas, de mais de 20 etnias, e segue sendo palco de graves violações de direitos e de morosidade administrativa. Povos como Tupinambás, Yberaba, Pataxós e Katu Avas, no Triângulo Mineiro, aguardam há mais de 15 anos a demarcação de seus territórios pela Funai. Em Itueta, o povo Puri depende de doações de água potável mesmo às margens do Rio Doce, contaminado pela mineração. A defesa intransigente dos direitos originários e da demarcação das terras indígenas é condição para uma Minas Gerais verdadeiramente democrática e soberana.

28. É IMPERATIVO DERROTAR ZEMA e construir um NOVO PROJETO POPULAR para Minas Gerais! As eleições de 2026 serão um marco determinante e divisor de águas para o futuro do Brasil e, em especial, para nosso querido estado. O governo Zema, sustentado pelo projeto ultraneoliberal do Partido Novo, não é apenas um desmonte; ele representa a destruição do estado, a precarização brutal dos serviços públicos e a entrega criminosa do patrimônio público e da soberania mineira à iniciativa privada. É NOSSA OBRIGAÇÃO construir um programa alternativo, ousado e transformador para Minas Gerais, um programa genuinamente popular, capaz de dialogar e mobilizar os trabalhadores, os movimentos sociais e a juventude. Um programa que leve em conta e valorize toda a riquíssima diversidade cultural, política, econômica e social presente em cada uma das regiões de nosso estado. Temos que nos preparar, e nos preparar agora, para voltar a governar Minas Gerais com um projeto que sirva ao povo, e não aos interesses do mercado.

29. Minas Gerais é o fiel da balança da disputa nacional — e será decisivo para a reeleição do presidente Lula. No período da Nova República, todos os eleitos venceram em Minas. Nas Eleições de 2022, a vitória, em primeiro turno, de Zema abriu as portas para o uso inescrupuloso e criminoso uso da máquina pública em favor da campanha presidencial de Bolsonaro. Esses e outros fatores, acirraram

ainda mais o processo eleitoral, no 2º Turno, que se refletiu na diferença a favor do Presidente Lula, fosse apenas de 0,49% dos votos, pouco mais de 50 mil votos!

30. A tática eleitoral do PT, em Minas Gerais, será construída em consonância com a orientação do Diretório Nacional, que tem como eixo central a reeleição do Presidente Lula, condição indispensável para enfrentar a extrema-direita, preservar a democracia, consolidar direitos e avançar em reformas estruturais. O PT de Minas tem nomes qualificados e bem-posicionados nas pesquisas para liderar para as disputas majoritárias de Governo de Minas e ao Senado Federal.

31. Dessa forma, este Diretório aponta as seguintes diretrizes a serem construídas pela Comissão Executiva Estadual e pelo Grupo de Trabalho Eleitoral-GTE:

- a. Fortalecer as condições políticas e eleitorais das candidaturas do PT e da Federação Brasil da Esperança à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ampliando o número de eleitas e eleitos, com espaço à paridade de gênero, raça, diversidade e juventude. De modo a garantir, a sustentação do projeto nacional liderado pelo Presidente Lula, e da construção de uma alternativa progressista para o Estado de Minas Gerais;
- b. É igualmente estratégico, para o aprofundamento do projeto de mudanças liderado pelo presidente Lula, ampliar a presença de companheiras e companheiros do PT, da nossa Federação e de aliados do campo democrático no Senado Federal, a fim de conter potenciais avanços golpistas — como tentativas de impeachment de ministros do STF e mudanças estruturais que fragilizam a democracia e favorecem o golpismo.
- c. Na disputa para o Governo de Minas Gerais, será fundamental de forma estratégica: construir uma maioria política e social, com nossos aliados no Parlamento, nos partidos da base aliada do Presidente Lula, com os movimentos sociais para construção de frente ampla que possa apresentar um projeto alternativo para Minas. A liderança desse projeto poderá ser encabeçada por algum nome do PT ou de nossos aliados no Estado.

32. O GTE deverá se reunir na próxima semana para iniciar os encaminhamentos dessas diretrizes, até o dia 13 de janeiro de 2026; fica convocada à Executiva Estadual, para o dia 19 de janeiro de 2026 para deliberar sobre as candidaturas majoritárias, a serem submetidas ao Encontro de Tática Eleitoral, em conformidade com a orientação do Diretório Nacional.

33. É imprescindível e urgente que avaliemos, com rigor e profundidade, o impacto das federações partidárias em Minas Gerais, considerando não apenas o resultado eleitoral imediato, mas, sobretudo, seus desdobramentos políticos de longo prazo no estado e nos municípios. Para além disso, é fundamental que compreendamos, de forma crítica, como a Frente Ampla tem se desdobrado em nosso estado, dimensionando e corrigindo incongruências e distorções que possam impactar negativamente tanto nossa organização interna quanto o próximo e crucial processo eleitoral. A clareza nesse ponto é estratégica.

34. Saudamos o papel aguerrido das e dos parlamentares do PT, da Federação Brasil da Esperança e dos companheiros e companheiras que compõem o Bloco Democracia e Luta na ALMG. É graças à sua atuação firme que Minas resiste ao sucateamento dos serviços públicos e às investidas de privatização dos bens do povo. O bloco denunciou a paralisia dos seis hospitais regionais — 1.451 leitos prometidos para mais de 6,7 milhões de mineiros —, enfrentou o escândalo do reajuste de 298% no salário do governador em pleno Regime de Recuperação Fiscal e defende a valorização das diversas categorias do funcionalismo mineiro, alvo de greves após anos de desrespeito e precarização.

35. Saudamos, igualmente, a militância do PT de Minas, os movimentos sociais e os milhares de mineiras e mineiros que tomaram as ruas no domingo, 14 de dezembro, em ato contra o PL da Dosimetria e contra o marco temporal aprovado no Senado. Ambos representam graves retrocessos: o primeiro, por abrir caminho para abrandar a responsabilização de réus pelos ataques de 8 de janeiro; o segundo, por violar frontalmente os direitos originários dos povos indígenas e desmontar décadas de luta pela demarcação de terras tradicionais.

36. O planejamento estratégico, a organização capilarizada e a mobilização incessante devem ser liderados com firmeza e visão pela direção do partido,

garantindo que o PT chegue forte e imbatível em 2026, com candidaturas majoritárias e proporcionais altamente competitivas e uma base social massivamente mobilizada e engajada. A tarefa é clara e inadiável, um verdadeiro chamado à ação: derrotar o neoliberalismo que sangra Minas e construir um governo popular, inclusivo e soberano para nosso estado, pavimentando o caminho para a reeleição triunfal de Lula em 2026, e, ao mesmo tempo, aumentando exponencialmente nossas bancadas na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional.

FORTALECER O PT EM MINAS

37. Entre 2019 a 2025, o PT-MG se reinventou, adaptou-se às adversidades e resistiu quando o Brasil e nosso povo mais precisaram: enfrentamos a prisão política e injusta do presidente Lula, os desmontes do governo Zema, a brutalidade da pandemia e a tragédia que ceifou a vida de mais de 700 mil brasileiras e brasileiros sob a necropolítica bolsonarista. Fomos além: convertemos resistência em organização vibrante e presença territorial ativa; transformamos a esperança do nosso povo em vitórias concretas e históricas. Os resultados são inequívocos: ampliamos a capilaridade partidária, fortalecemos nossa militância, acumulamos vitórias eleitorais estratégicas e defendemos, na prática e com firmeza, a democracia. Hoje, o PT-MG está mais forte, mais enraizado em sua base e mais preparado para construir, junto com o povo mineiro, um futuro digno.

38. Nossa maior e mais emblemática vitória foi a eleição histórica de Lula no segundo turno de 2022. Em Minas Gerais, a virada foi absolutamente decisiva e, por isso, épica: 6.190.960 votos (50,20%) para o PT, contra 6.141.310 (49,80%) para Bolsonaro. Minas, único estado do Sul e Sudeste a garantir a vitória do Presidente Lula, provou, na prática e com suor, a força inabalável de nossa militância e do trabalho de base incansável. Em 2024, consolidamos e ampliamos nossa presença institucional de forma expressiva: elegemos 35 prefeitas e prefeitos, 41 vices e mais de 360 vereadoras e vereadores em todo o estado, todos profundamente

comprometidos com a participação social, a implementação de políticas públicas transformadoras e a busca incessante pela justiça.

39. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), nossa bancada cresceu de 10 para 12 parlamentares; na Câmara Federal, de 8 para 10. Seguimos inabaláveis em nossa missão: derrotar o autoritarismo, defender a democracia com todas as forças e transformar radicalmente a vida do nosso povo. Ter mais representantes significa mais voz para os invisibilizados, mais força para lutar por orçamento justo, mais rigor na fiscalização do poder e mais efetividade na defesa dos direitos e dos interesses de Minas.

40. O PT-MG está vivo em cada canto de Minas. De pouco mais de 300 diretórios, alcançamos mais de 700 municípios com presença organizada. Isso não é planilha: é poder popular em movimento. Cada diretório é trincheira de escuta e luta por direitos; é o nosso projeto democrático-popular fincado no chão das cidades, ao lado do povo e sem pedir licença. Com gestão séria, as contas de mais de 700 diretórios e comissões provisórias estão regularizadas — governança de verdade, compromisso com o dinheiro público e lealdade aos nossos princípios. Encontros regionais fortaleceram a formação de base e qualificaram o planejamento eleitoral. Militância preparada, liderança sintonizada e programa sólido: assim disputamos corações, mentes e votos com conteúdo, método e futuro.

41. Para dar esse impulso renovador e indispensável ao PT mineiro, é imperativo que a direção partidária assuma um papel político mais aberto, dinâmico, integrador e genuinamente mobilizador, capaz de estabelecer uma relação mais próxima, solidária e orgânica com as bases municipais, com os combativos sindicatos urbanos e rurais, com o Movimento Sem Terra, com a intelectualidade progressista, com os movimentos vibrantes de mulheres, de combate ao racismo, de juventude e da comunidade LGBT+, entre outros pilares de nossa construção.

42. Diretrizes de Atuação para um PT-MG ainda mais Forte e Combativo:

- Aprofundar o Vínculo e Potencializar a Comunicação Popular e Digital: Reafirmamos a necessidade de um vínculo indissolúvel com as bases, potencializando a mobilização e a comunicação popular em todas as suas formas. Isso inclui valorizar e fortalecer rádios comunitárias, vibrantes

jornais de bairro, a capilaridade das redes sociais e a tradicional eficácia das panfletagens. Acima de tudo, é vital estimular e apoiar a militância digital que se posiciona ativamente nas redes, oferecendo formação contínua em comunicação estratégica, kits de conteúdo verificado, estratégias de engajamento e protocolos eficientes de enfrentamento à desinformação e às fake news (com monitoramento constante, resposta rápida, checagem rigorosa e garantia do direito de resposta).

- Integrar o uso estratégico de inteligência artificial (IA) para monitoramento de tendências, análise de sentimento e geração de rascunhos de conteúdo adaptados a diferentes plataformas, otimizando a eficiência da militância digital.
- Retomar a Organicidade com os Movimentos e Atualizar a Pauta da Classe Trabalhadora: É imperativo retomar nossa organicidade histórica com os movimentos sociais e populares, e atualizar as pautas cruciais da classe trabalhadora, com especial atenção à jornada de trabalho, ao fim da escala 6x1 e à defesa intransigente dos direitos laborais.
- Fortalecer os Laços nos Territórios e a Presença Cotidiana nas Frentes de Luta: Ampliaremos massivamente a atuação dos núcleos de base, garantindo que cada bairro, cada comunidade e cada categoria profissional tenha um espaço petista vibrante de organização, diálogo, debate e análise crítica. Estabeleceremos metas ambiciosas de criação e reativação de núcleos, com formação política contínua e aprofundada, calendário regular de reuniões, kits de mobilização eficazes e integração plena com os setoriais temáticos (juventude, mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, sindical, rural etc.).
- Promover Caravas e Plenárias Populares com Escuta Ativa e Soluções Concretas no primeiro quadrimestre de 2026: Organizaremos e promoveremos, sistematicamente, caravanas e plenárias populares em todas as regiões de Minas Gerais, caracterizadas pela escuta ativa e pela construção de soluções concretas para os problemas urgentes do trabalho, transporte, saúde, educação, segurança alimentar e moradia. Cada caravana deverá gerar

um plano de ações detalhado, com responsáveis definidos, prazos claros e devolutiva pública à comunidade, articulando, de forma orgânica, as bancadas parlamentares e os governos locais.

- **Impulsionar a Formação Política como Instrumento de Resistência e Renovação:** É fundamental impulsionar a formação política como um instrumento poderoso de resistência e renovação partidária, com o irrestrito apoio da Fundação Perseu Abramo e do Projeto Nova Primavera. Precisamos resgatar e atualizar a rica tradição de formação política do PT, garantindo que a militância compreenda profundamente o papel estratégico do partido na luta de classes e esteja plenamente capacitada a organizar a sociedade em defesa inabalável de nossos valores e direitos.
- **Criar o Observatório Minas Gerais – Professor Otávio Dulci:** Em parceria estratégica com a Fundação Perseu Abramo, criaremos o Observatório Minas Gerais – Professor Otávio Dulci, uma ferramenta essencial para o monitoramento qualificado do governo estadual, o acompanhamento legislativo rigoroso, a articulação de redes e parcerias com instituições de ensino e pesquisa, sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O observatório poderá utilizar ferramentas de IA para análise de dados governamentais abertos, relatórios legislativos e tendências de opinião pública, gerando alertas e subsídios estratégicos para a bancada e a direção.
- **Reestruturar, Fortalecer e Dinamizar os Diretórios Municipais:** Assumimos a responsabilidade inegociável de reestruturar, fortalecer e dinamizar nossos diretórios municipais, garantindo que funcionem como verdadeiros espaços vivos de debate, decisão e ação política, motores da transformação em cada cidade mineira.
- **Fortalecer as Secretarias, Setoriais e Coletivos do PT:** É vital fortalecer todas as Secretarias, Setoriais e Coletivos do PT, garantindo que a diversidade intrínseca do partido se reflita plenamente em sua organização e em suas decisões, ampliando a representatividade e a voz de todos os segmentos.

- Estabelecer um Calendário Anual de Reuniões Qualificadas da Executiva e do Diretório: Comprometemo-nos a estabelecer um calendário anual rigoroso de reuniões da Executiva e do Diretório, com debates aprofundados sobre temas pertinentes aos Poderes Legislativo e Executivo estaduais, produzindo notas, resoluções e materiais de apoio que subsidiem, de forma eficaz, os diretórios municipais em todo o estado.
- Promover Encontros Periódicos Ampliados com a Militância: Promoveremos encontros periódicos e amplamente abertos à militância (presenciais e virtuais), para discutir temas centrais como educação, saúde, segurança pública, cultura e o mundo do trabalho, entre outros.
- Articular de Forma Permanente Macrorregiões e Regionais: Articularemos de forma permanente as macrorregiões e as regionais do estado, construindo agendas comuns e políticas integradas entre os municípios, sempre a partir dos diretórios municipais e com o protagonismo das coordenações regionais, garantindo a coesão territorial.
- Organizar Seminários para Legislativos e Executivos sobre o Modo Petista de Governar: Organizaremos seminários estratégicos voltados aos legislativos e executivos, debatendo e difundindo o modo petista de legislar e governar, valorizando e replicando nossas experiências recentes e vitoriosas em governos municipais. As experiências exemplares de Contagem e Juiz de Fora, lideradas pelas companheiras Marília Campos e Margarida Salomão, comprovam que é perfeitamente possível unir periferia e classe média, superar bolhas e sectarismos, e alcançar aprovações robustas em todos os segmentos da sociedade.

43. A organização, o fortalecimento e a revitalização do PT em Minas Gerais são tarefas urgentes, inadiáveis e absolutamente estratégicas. Precisamos, com paixão e convicção, resgatar o espírito militante que forjou nosso partido, reafirmar nosso compromisso histórico com a democracia e a justiça social, e preparar o PT para os imensos desafios que nos aguardam.

44. Este é um chamado vibrante e irrecusável à nossa valorosa militância: vamos fortalecer o PT, fortalecer nossos diretórios em cada cidade, investir massivamente

na formação política de quadros e mobilizar nossas bases de forma incansável! Unidos, organizados e determinados, temos a força para transformar Minas Gerais e recolocar nosso estado, com altivez, em destaque no cenário político nacional, como protagonista da construção de um Brasil mais justo.

45. Sigamos firmes, com coragem e compromisso, para fazer do PT um instrumento ainda mais potente na construção de um país justo, democrático e popular. É a hora de oxigenar o PT mineiro e dar um salto estratégico, com um novo método de direção: mobilização social, construção coletiva, espírito fraterno, companheirismo e acolhimento a todas e todos. Vamos abrir um novo tempo em Minas, recolocando o petismo “Mais Perto e Mais Forte” — das pessoas, das trabalhadoras e dos trabalhadores, dos movimentos e das lutas populares — e “Mais Forte” na defesa de um projeto de país que atenda aos anseios do povo e traduza, em cada ação, nossa trajetória pela emancipação social.

16 de dezembro de 2025

Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais – PTMG